

Falsificação de remédios será punida como crime hediondo

Nova legislação torna o crime inafiançável, fixa multas pesadas e prevê até intervenção nas empresas que adulterarem medicamentos

Quem falsificar ou adulterar medicamentos não poderá ser libertado sob fiança nem ser beneficiado pela redução da pena, que pode chegar a 15 anos de reclusão. É o que estabelece projeto de lei, aprovado ontem pelo plenário do Senado, que torna a falsificação de medicamentos crime hediondo.

O projeto irá à sanção presidencial e prevê as possibilidades de aplicação de multa de até R\$ 200 mil contra os

estabelecimentos que cometerem o crime. Eles ainda estão sujeitos ao cancelamento do alvará e da autorização de funcionamento, à proibição de veiculação de publicidade e, caso recebam recursos públicos de qualquer espécie, à intervenção por até 360 dias.

As mesmas regras valem para a adulteração de alimentos, prática que também passa a ser considerada crime hediondo, com pena de até oito anos.

PÁGINA 3



Na sessão de ontem de manhã, foram aprovados sete projetos de lei, praticamente limpando a pauta de votações

AS MATÉRIAS APROVADAS

NESTE MÊS

Propostas aprovadas e enviadas à Câmara	4
Projetos aprovados e enviados à sanção	5
Projetos aprovados e enviados à promulgação	2
Total de matérias aprovadas	11
Matérias arquivadas	1
Total de matérias apreciadas	12

NESTE ANO

Projetos aprovados e enviados à sanção	46
Projetos aprovados e enviados à promulgação	147
Projetos aprovados e enviados à Câmara	30
Escolha de chefes de missões diplomáticas	23
Escolha de autoridades	13
Emendas constitucionais promulgadas	2
Emendas constitucionais enviadas à Câmara	3
Total de matérias aprovadas	264
Propostas enviadas ao Arquivo	58
Total de matérias apreciadas	322

Educação física está regulamentada

PÁGINA 4

Sociedade vai debater o desemprego

PÁGINA 6

ACM elogia trabalho dos congressistas

Pauta foi praticamente esgotada, diz senador

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, fez elogios ontem ao "senso de responsabilidade" demonstrado pelo Congresso Nacional, ao analisar o trabalho realizado durante a semana pelas duas Casas. Ele anunciou que as lideranças partidárias decidiram sus-

pendar as votações programadas para setembro, liberando os parlamentares para a campanha eleitoral, já que a pauta de projetos importantes foi praticamente esgotada. "Não há, pendente de votação, nenhuma matéria pela qual clame a nação", ressaltou Antonio Carlos.

PÁGINA 2

Os ministros das Relações Exteriores, Saúde e Trabalho, o secretário de Políticas Regionais e o jogador de basquete Oscar (foto) foram recebidos ontem em audiências pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.



PÁGINA 7

Abdias homenageia aniversário da Conjuração Baiana

Em 13 de agosto de 1798, há 200 anos, panfletos escritos a mão e distribuídos em igrejas e centros de prática religiosa deram início à Conjuração Baiana, mais conhecida



Abdias: líderes devem ser tratados como heróis

como Revolta dos Alfaiates, registrou ontem o senador Abdias Nascimento (PDT-RJ). Também chamada de Revolta dos Búzios, porque os conspiradores contra o jugo português usavam um pequeno búzio preso à corrente do relógio, os líderes do movimento popular, posteriormente massa-

crados, ainda não tiveram o devido reconhecimento, acrescentou.

Para tanto, o senador defendeu a aprovação do projeto de lei, de 1997, de sua autoria, que inscreve os nomes dos líderes da Revolta dos Búzios – João de Deus Nascimento, Manuel Faustino dos Santos Lira, Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas Torres – no "Livro dos Heróis da Pátria", ao lado de Tiradentes e Zumbi dos Palmares.

Na opinião de Abdias, a Conjuração Baiana inspirou-se nos mesmos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade defendidos pela Conjuração Mineira. No entanto, à diferença desta, mobilizou modestos artesãos e negros forros, além de lutar pela abolição da escravidão e da discriminação racial, item que não constava dos objetivos da Conjuração Mineira.

ACM destaca trabalho realizado pelo Congresso

Segundo presidente do Senado, parlamentares demonstraram senso de responsabilidade e praticamente esgotaram a pauta de votações

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou ontem o "senso de responsabilidade do Congresso Nacional e sua fidelidade ao Brasil", ao fazer um balanço do esforço concentrado encerrado ontem. Em função do "esgotamento da pauta de projetos prioritários e urgentes", Antonio Carlos anunciou que as lideranças partidárias decidiram suspender o período de votações programado para setembro próximo, liberando os parlamentares para seu engajamento na campanha eleitoral.

Se houver necessidade urgente de manifestação ou deliberação do

Congresso, acrescentou o presidente, deputados e senadores serão imediatamente convocados a Brasília. Antonio Carlos enfatizou que "nunca se trabalhou tanto no Congresso Nacional" quanto no ano passado e no primeiro semestre deste, incluindo o período da convocação extraordinária dos parlamentares, no início de 98. "Não há, pendente de votação, nenhuma matéria pela qual clame a nação."

A respeito das versões, veiculadas pela mídia, de que o presidente Fernando Henrique Cardoso faria críticas ao Congresso no programa de abertura de sua campanha

em rádio e televisão, Antonio Carlos Magalhães disse não acreditar nessa hipótese. "O Congresso Nacional tem dado todo o apoio ao trabalho do presidente da República, mas sua fidelidade é ao Brasil. Os deveres são para com a nação, estão acima do presidente", argumentou.

Ele enfatizou que o presidente Fernando Henrique Cardoso tem contato com "toda a colaboração do Congresso e sabe que pode contar com o Legislativo em todas as matérias de interesse do país". O senador afirmou que não pretende cair "nas intrigas que a mídia provoca".

Benedita quer inclusão da pobreza na agenda política

Após um ano da morte de Herbert de Souza, o Betinho, a questão prioritária da cidadania continua sendo a inclusão dos pobres na agenda política do país, disse ontem a senadora Benedita da Silva (PT-RJ). Para tal é preciso, antes de tudo, garantir a nutrição e a educação dos pobres e miseráveis, entendidas por ela como instrumentos de justiça social e de progresso.



Benedita: índices melhoraram, mas continuam ruins

Segundo a senadora, apesar da tímida melhora revelada por pesquisas recentes, há no Brasil cerca de 1 milhão de crianças desnutridas menores de cinco anos. No âmbito da educação, o país ostenta 16 milhões de analfabetos absolutos, acrescentou. Frente a essa situação, as autoridades econômicas não entram num consenso sobre o destino a ser dado aos bilhões arrecadados com as privatizações das estatais. "oscilando entre o pagamento de parte da dívida externa e a busca do equilíbrio do déficit público, colocando por último a promoção social", afirmou.

No Rio de Janeiro, em que 66% de seus 12,8 milhões de habitantes têm renda de até um salário mínimo, o déficit educacional é de cerca de 1 milhão de vagas, afirmou ela.

SC pede isonomia para refinar dívida

Os senadores Vilson Kleinübing (PFL-SC), Casildo Maldaner (PMDB-SC) e Esperidião Amin (PPB-SC) apresentaram projeto de resolução que propõe a inclusão, no acordo de refinanciamento da dívida pública mobiliária do estado de Santa Catarina, das dívidas derivadas da Lei Complementar estadual nº 1.129/94, referente ao Instituto de Previdência do estado.

De acordo com a justificativa do projeto, igual procedimento foi adotado quando do refinanciamento do passivo previdenciário do Banespa, do Banerj e do Credireal.

– Tais dívidas constituem-se em passivo líquido e certo do governo do estado, ajustando-se às condições de refinanciamento junto ao governo federal. Além do mais, o refinanciamento dessa dívida garantirá maior transparência na gestão financeira do estado, explicitando um déficit que, até o momento, permanece oculto e não solucionado – argumenta Kleinübing.



Vilson Kleinübing

Casildo Maldaner

Esperidião Amin

MERCADO PÚBLICO

Um lugar muito especial, definitivamente incorporado à paisagem de seu espaço urbano e à geografia sentimental de seus habitantes. Esta é uma das definições dadas pelo senador Esperidião Amin ao Mercado Público de Florianópolis, que completa 100 anos em 1999 e recebe cerca de 20 mil pessoas diariamente.

– Trabalhadores, aposentados, donas de casa, estudantes, intelectuais, servidores públicos, políticos, jornalistas, profissionais liberais, enfim, gente de todos os matizes que se encontra e se encanta no velho mercado. Da mistura hetero-

gênea de frequentadores, congregando nativos e visitantes, faz-se a homogênea convergência de respeito à diferença – descreve o senador catarinense.

Amin fez um apanhado da história do mercado, desde as primeiras aglomerações de comerciantes, no final do século XVIII, portanto bem antes da construção do prédio atual. Para ele, comemorar o centenário do mercado é provar "que temos memória".

– O Mercado Público representa para Florianópolis a imagem do tempo. A compreensão de que o presente também é tributário do passado – afirmou.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1998

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL
 Presidente: Antonio Carlos Magalhães
 1ª Vice-Presidente: Geraldo Melo
 2ª Vice-Presidente: Júlio Marise
 1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
 2º Secretário: Carlos Patrocínio
 3º Secretário: Flaviano Melo
 4º Secretário: Lucidiano Portella
 Suplentes da Secretaria: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
 Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
 Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva
 Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
 Diretor do Jornal do Senado: Flavio de Mattos
 Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade
 Editor-Chefe: Djalma Lima
 Editores: Marcos Magalhães, Mariuzo Yaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
 Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
 Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Arelhano e Miqueias Dantas de Moraes
 Fotos: Célio Azevedo, Marcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
 Arte: Antonio Nogueira

Endereço: Praça dos Três Poderes
 Ed. Anexo I do Senado Federal,
 15º e 16º andares
 Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
 Secretaria Especial
 de Editoração e
 Publicações

Falsificação de medicamento torna-se crime hediondo

Por unanimidade, o plenário aprova projeto da Câmara que acaba com a possibilidade de redução de pena para os responsáveis pelo delito, que ficarão ainda sujeitos a multas entre R\$ 2 mil e R\$ 200 mil

O plenário do Senado aprovou ontem, por unanimidade, o projeto de lei que torna crime hediondo a falsificação ou adulteração de medicamentos. A alteração acaba com a possibilidade de liberdade sob fiança para esses crimes e extingue regalias como possibilidade de redução da pena. O projeto, proposto pelo Poder Executivo, já fora aprovado pela Câmara e, como não houve alterações no Senado, vai agora à sanção presidencial.

O relator da matéria, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lembrou que a ampliação das penas daqueles crimes, descritos nos artigos 272 e 273 do Código Penal, já fora aprovada em projeto votado em junho, mas que, apesar de a emenda da matéria aprovada anteriormente mencionar a transformação do crime em hediondo, o texto não se referia ao tema.

Alcântara, na ocasião, chegou a acolher uma emenda do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) corrigindo o erro. Mas, devido à urgência da votação — havia consenso para sua aprovação ainda no primeiro semestre, e a alteração pelo Senado obrigaria a nova votação na Câmara

—, a emenda foi retirada, com o compromisso de correção posterior pelo próprio Poder Executivo.

O projeto acrescentou à lista de crimes hediondos a "corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produto alimentício destinado ao consumo"; bem como de produtos destinados a "fins terapêuticos ou medicinais".

Pelas modificações, o estabelecimento que cometer os crimes torna-se passível de intervenção, por até 360 dias, caso receba recursos públicos de qualquer espécie; terá sua publicidade proibida e ainda cancelados o alvará e a autorização de funcionamento; ficará ainda sujeito a multas que podem chegar a R\$ 20 mil, para infrações leves; a R\$ 50 mil, para infrações graves; e a R\$ 200 mil, para infrações gravíssimas. Será levada em conta, na aplicação da multa, a capacidade econômica do infrator. A instalação e funcionamento de consultórios médicos, laboratórios e outras atividades na área da saúde sem autorização do órgão sanitário competente será punida com advertência, intervenção, interdição, cancelamento da licença ou multa.

Os senadores Nabor Júnior (PMDB-AC), Ramez Tebet (PMDB-MS), Roberto Freire (PPS-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE), Roberto Requião (PMDB-PR) e Eduardo Suplicy manifestaram-se a favor da apro-

vação da matéria.

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou sua preocupação com possíveis prejuízos para religiosos que ajudam em problemas de saúde. Foi tranquilizado por Tebet, para quem é necessário o

dolo, ou a vontade de cometer o crime, para caracterizá-lo.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comunicou que o senador Romeu Tuma (PFL-SP), ainda convalescente, se solidarizava com seus colegas.

PRINCIPAIS PONTOS DO PROJETO APROVADO

PENAS

Falsificação de medicamentos: dez a 15 anos de reclusão, além de multas.

Falsificação e adulteração de alimentos: quatro a oito anos de reclusão.

Falsificação, adulteração e corrupção de medicamentos e alimentos passam a ser considerados crimes hediondos, assim como estupro e seqüestro.

Os responsáveis pelos crimes deixam de desfrutar de regalias como liberdade provisória ou pagamento de fiança.

A nova lei os obrigará a cumprir toda a pena prevista no Código Penal.

MULTAS (*)

Infrações leves: de R\$ 2 mil a R\$ 20 mil

Infrações graves: de R\$ 20 mil a R\$ 50 mil

Infrações gravíssimas: de R\$ 80 mil para R\$ 200 mil

(*) valores podem dobrar de valor no caso de reincidência.

INTERVENÇÃO

Ministério da Saúde pode intervir em hospitais, com o afastamento da diretoria por até um ano, se forem constatadas infrações graves em estabelecimentos que se beneficiem de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS)



Tropas de países do Mercosul farão manobras no exterior

O Senado aprovou, na sessão plenária de ontem, projeto de decreto legislativo que autoriza o Executivo a despachar tropas do Exército brasileiro para o exterior, com o objetivo de participar, em conjunto com as tropas da Argentina, Uruguai e Paraguai, de exercícios de forças de paz coordenados pela Organização das Nações Unidas.

De acordo com o projeto, as tropas do Exército brasileiro estão autorizadas a atuar em conjunto com as dos três países nos próximos trimestres deste e do próximo anos. Na exposição de motivos, o ministro do Exército, Zenildo Lucena, afirmou que os exércitos do Brasil, da Argentina e do Uruguai contribuirão com efetivos para o batalhão de infantaria, além de aeronaves militares para lançamento de pára-quedistas e transporte de tropas.

O ministro observou que a participação do Exército não motivará acréscimo de despesa. O parecer sobre a matéria, aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado, foi da senadora



Emília Fernandes diz que manobras seguem princípios constitucionais

Emília Fernandes (PDT-RS). Ela lembrou que é da competência do Congresso autorizar o presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, bem como para enviar as Forças Armadas ao exterior sem declaração de guerra e em cumprimento de obrigações internacionais.

Segundo a senadora, os objetivos dessas manobras conjuntas dos países que integram o Mercosul estão de acordo com os princípios constitucionais de defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e cooperação entre os povos.

Dívida pública deve crescer, prevê Kleinübing

Apesar das privatizações, haverá crescimento do déficit fiscal e do endividamento público, devido ao impacto da elevação dos juros nos gastos públicos com os encargos financeiros, segundo o parecer do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) à mensagem do governo que encaminha ao Senado a programação monetária do terceiro trimestre deste ano, aprovada ontem pelo plenário.

De acordo com o parecer à mensagem do governo, o déficit fiscal acumulado do primeiro trimestre deste ano foi de R\$ 2,8 bilhões, com receitas de R\$ 32,7 bilhões e despesas de R\$ 35,5 bilhões. O déficit pelo conceito nominal (incluindo despesas com juros) foi de 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) no mesmo período.

— Esses dados demonstram que a tendência declinante do déficit fiscal, que se observava a partir de 1996, sofreu uma ligeira reversão — observou o senador.

A programação monetária do

governo prevê uma expansão nominal da oferta de moeda. Os chamados meios de pagamento (dinheiro em poder do público) vão crescer 10,4% nos meses de julho, agosto e setembro deste ano, com relação ao mesmo período do ano passado. A quantidade de dinheiro em poder do público também crescerá mais 15,9% até dezembro, quando a demanda por moeda já deverá ter sido recuperada da recente retração nas atividades econômicas, segundo o parecer de Kleinübing.

Espera-se que, ao final do terceiro trimestre deste ano — até setembro —, a base monetária (quantidade de dinheiro em circulação no mercado) atinja o montante de R\$ 33,7 bilhões, e o total dos meios de pagamentos, R\$ 42,8 bilhões. A ampliação da base monetária, em parte devido ao aumento da dívida pública interna federal em moeda e em títulos, tem como principal fator expansionista as operações de reestruturação das dívidas dos estados, segundo o senador.

Em decorrência das medidas to-

mas pelo governo no final do ano passado — principalmente o aumento das taxas de juros —, após a crise na Ásia, a expectativa de crescimento do PIB este ano é de 2%. A taxa de inflação se mantém em declínio, caracterizando o sucesso da estabilização monetária, afirmou Kleinübing. Nos primeiros cinco meses do ano, a variação acumulada do IGPM foi de 1,6%, enquanto que o índice do IPC-Fipe foi de 0,99%.

O desemprego, especialmente nas áreas urbanas e industriais, é apontado como uma das graves consequências da desaceleração da economia. Em janeiro deste ano houve queda de 5,2% no emprego industrial em São Paulo, com relação a dezembro do ano passado, segundo dados do Ministério do Trabalho.



Wilson Kleinübing aponta reversão de tendência declinante do déficit

Regulamentada atividade dos profissionais de educação física

Plenário aprova proposta que cria conselho federal e conselhos regionais para credenciar os habilitados a exercer a profissão. Projeto de lei vai agora à sanção presidencial

O plenário do Senado aprovou ontem a regulamentação da atividade dos profissionais de educação física. Pelo projeto de lei, ficam criados o conselho federal e conselhos regionais de educação física, que serão responsáveis pelo credenciamento dos profissionais. O projeto de lei, originário da Câmara, segue agora para sanção do presidente da República.

O relator do projeto, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), acredita que a proposta é fundamental e a regulamentação necessária, além de atender aos anseios dos profissionais de educação física. O senador Francelino Pereira (PFL-MG) homenageou o autor do projeto, o ex-deputado Eduardo Mascarenhas, já falecido, pela iniciativa.

— As atividades físicas são hoje uma mania nacional. A malhação mobiliza milhões de brasileiros. A sociedade tem plena consciência da importância do exercício do corpo como forma de combater o estresse e prevenir doenças — afirmou Francelino.

Para ele, reconhecer e regulamentar a atividade dos profissionais que ministram atividades físicas tornou-se crucial, como forma de proteger a sociedade e garantir a oferta de serviços por pessoas qualificadas.

— É uma tarefa importante que envolve sérios riscos para as pessoas que venham a ser atendidas por gente sem habilitação — analisou o senador mineiro.

Os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Emília Fernandes (PDT-RS) apoiaram o projeto, mas defenderam o aprofundamento da discussão no processo de regulamentação da lei. Emília acredita que a aprovação da proposta não significa apenas mais uma profissão regulamentada, mas o reconhecimento do significado que a parte física tem na formação do ser humano.

— Cada vez mais devemos valorizar a parte física, da qual depende a saúde do ser humano. Com a regulamentação, estamos defendendo e estimulando os profissionais qualificados — argumentou Emília.

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) também manifestou seu apoio ao projeto.



Relator do projeto, senador José Roberto Arruda destaca a importância da regulamentação

Plenário aprova homenagem a Tom

O Aeroporto Internacional do Galeão vai se chamar Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão - Maestro Antônio Carlos Jobim, segundo projeto de lei aprovado ontem pelo plenário. A proposta, de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT), foi elogiada por vários senadores, que exaltaram a importância do compositor. A matéria depende ainda de votação dos Deputados.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que a fórmula encontrada foi a melhor, pois manteve o nome original do aeroporto, apenas acrescentando o do compositor. Lembrou que essa foi a mesma solução adotada para homenagear o deputado Luís Eduardo Magalhães, dando seu nome ao Aeroporto Internacional de Salvador (BA).

Benedita da Silva (PT-RJ) afirmou

que a homenagem é justa e recitou versos do *Samba do Avião* de Tom Jobim, que fala sobre a alegria de sobreviver ao Rio e chegar ao Galeão. Francelino Pereira (PFL-MG) homenageou a viúva de Tom Jobim, Ana Lontra, e Abdias Nascimento (PDT-RJ) observou que os cariocas ficarão felizes com a homenagem.

Marina Silva (PT-AC) disse que, a partir das homenagens que o Congresso vem fazendo, seria também justo o aeroporto do Acre, denominado Presidente Médici, chamar-se Aeroporto Chico Mendes, em



Távola elogiou a solução encontrada

homenagem ao líder ambientalista.

Pedro Simon (PMDB-RS) fez um apelo para que seja votado projeto que acrescenta ao nome do Aeroporto Internacional de Cubicã (SP) o do deputado Ulysses Guimarães, e José Eduardo Dutra (PT-SE) elogiou a homenagem a Tom Jobim.

Tebet promete prioridade ao social no orçamento

Designado relator-geral da proposta orçamentária para 1999, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) comunicou ontem ao ministro do Planejamento, Paulo Paiva, que realizará seu trabalho "levando em conta sobretudo a questão social, a conclusão de obras inacabadas e o fortalecimento do Poder Legislativo". Ele visitou o ministro acompanhado pelo novo presidente da comissão, deputado Lael Varella (PFL-MG).

Conforme Tebet, o ministro informou que o governo enviará o projeto de orçamento até 31 de agosto. O relator está considerando a escassez de tempo, devido ao calendário eleitoral, para que a Comissão Mista

de Orçamento, integrada por 63 deputados e 21 senadores, encerre seus trabalhos antes de 15 de dezembro — data-limite para a votação.

São titulares da comissão os senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO), Edison Lobão (PFL-MA), Bello Parga (PFL-MA), José Bianco (PFL-RO), Romero Jucá (PFL-RR), Wilson Kleinübing (PFL-SC), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Flaviano Melo (PMDB-AC), Marluce Pinto (PMDB-RR), Ney Suassuna (PMDB-PB), Ramez Tebet (PMDB-MS), Jefferson Péres (PSDB-AM), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Osmar Dias (PSDB-PR), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), José



Ramez Tebet foi designado relator-geral da proposta orçamentária para 1999

Eduardo Dutra (PT-SE), Sebastião Rocha (PDT-AP), Ermendes Amorim (PPB-RO), Elói Portela (PPB-PI) e Odacir Soares (PTB-RO).

Odacir elogia atuação da Universidade de Rondônia

O senador Odacir Soares (PTB-RO) registrou o recebimento do Relatório de Atividades da Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir) em 1997, encaminhado pelo reitor Osmar Siena, destacando que a instituição atendeu 2.350 estudantes e implantou pós-graduação em nível de mestrado

em Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano, além do curso de Informática, nível de graduação. Conforme o senador, a Universidade Federal de Rondônia "é jovem e está vocacionada a ter um papel de grande importância no desenvolvimento de Rondônia e da Amazônia".

Odacir disse que, apesar de dificuldades que vão da insuficiência de recursos humanos à falta sistemática de meios financeiros para outras ações necessárias à região, a universidade cumpre papel relevante para a população interiorana, em termos de educação e saúde.

Inara deve cumprir prazos

O senador Odacir Soares alertou para a necessidade de o Inara cumprir o cronograma que prevê a transferência, para o estado de Rondônia, de terras cuja proteção ambiental está a cargo da União. O prazo previsto é de até 15 dias para algumas áreas com processo já adiantado e de no máximo três meses para a transferência total. A conclusão desse processo, frisou o senador, é fundamental para que o estado de posseguimento à sua política agropecuária e florestal.

A transferência das terras consta de convênio firmado entre o estado de Rondônia e o Inara em junho de 1995. O calendário previsto pelo Inara precisa ser cumprido porque, conforme informou Odacir, o estado, em parceria com a União e o Banco Mundial, firmou um compromisso denominado Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (Planaflo), tendo como objetivo geral implementar o desenvolvimento e propiciar o adequado manejo e conservação dos seus recursos naturais.



Odacir aponta "papel relevante" da instituição

Aprovada criação de 17 juntas do trabalho no interior de SP

Projetos de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho levam em conta o número crescente de processos ajuizados

Com a aprovação de dois projetos de lei na sessão de ontem, o Senado autorizou a criação de 17 juntas de conciliação e julgamento em cidades do estado de São Paulo. Já aprovados na Câmara dos Deputados, os projetos seguem para sanção presidencial.

Os projetos, de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho (TST), têm como objetivo ade-

quar a Justiça do Trabalho ao número crescente de processos ajuizados naquele estado.

No total, 15 juntas foram criadas na 15ª Região da Justiça do Trabalho, que engloba o interior do estado de São Paulo, e mais duas na 2ª Região, que tem jurisdição sobre a capital e a Baixada Santista.

No encaminhamento de um dos projetos, o ministro-presi-

dente do TST, Ermes Pedro Pedrassani, argumentou que "com a abertura da economia e a transferência de empresas para outros pólos de desenvolvimento, verificou-se o fenômeno crescente de desemprego na região da grande São Paulo e na Baixada Santista e, conseqüentemente, a elevação do número de ações ajuizadas".

Alterações em carreira do Ministério Público voltam ao exame da Câmara

Modificações que ajustam a carreira de apoio técnico-administrativo do Ministério Público da União à dos servidores do Poder Judiciário foram aprovadas ontem pelo plenário do Senado, com emenda do relator da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A matéria volta agora para a Câmara dos Deputados, que decidirá se mantém ou não a alteração introduzida pelo Senado.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu a aprovação do projeto originário da Câmara para evitar o seu retorno àquela Casa e o conseqüente adiamento da implementação da mudança na estrutura do Ministério Público. O parecer de Alcântara considerou inconstitucional o parágrafo único do artigo 5º da proposta, contrariamente ao que havia decidido a Câmara.

Além de Dutra, apenas os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) votaram contra a emenda de Alcântara, que força a revisão do projeto pela Câmara.

Dutra acusou o governo de estar retardando a tramitação da matéria para barganhar a aprovação de outro projeto de seu interesse na Câmara dos Deputados que tira atribuições do Ministério Público. Alcântara rechaçou insinuações de que teria se prestado a qualquer tipo de manobra para adiar a aprovação da matéria, que tramitou no Senado em regime de urgência.



O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Ele compreende:

Ministério Público Federal;

Ministério Público do Trabalho;

Ministério Público Militar;

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

Ministérios Públicos dos Estados.

Senado apreciou 322 matérias este ano

O Senado apreciou 12 matérias no período de 10 a 14 de agosto, chegando com esse número ao resultado total de 322 matérias apreciadas desde 6 de janeiro deste ano. Entre os projetos aprovados nesta semana está o que considera crime hediondo a falsificação ou adulteração de medicamentos, encaminhado à sanção do presidente da República.

A exigência de avaliação psicológica periódica para policiais, a inclusão do ensino de espanhol

no currículo do segundo grau, a regulamentação das atividades dos profissionais de educação física e a identificação tátil das cédulas de dinheiro para uso de deficientes visuais são outras matérias importantes aprovadas nesta semana.

Os senadores votaram também a denominação de "Maestro Antônio Carlos Jobim" para o Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro/Galeão, a criação de 17 juntas de conciliação e julgamento no

Requião espera processo contra diretoria do Banestado

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) anunciou que encaminhará ontem ao procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, cópias das atas de reuniões da diretoria do Banco do Estado do Paraná (Banestado), para as devidas providências por parte do Ministério Público Federal. As atas, disse Requião, "demonstram de forma explícita um continuado processo de corrupção", que levou à atual situação de falência do banco, "em função de desvio de recursos públicos e má administração".

As atas, "provavelmente vazadas por funcionários do banco, indignados", foram inicialmente divulgadas pelo deputado estadual Luís Cláudio Romanelli e tiveram seu conteúdo abordado por vários jornais paranaenses, relatou o senador. Apesar da situação do banco, a di-



Requião vê corrupção continuada

retoria mantém contratos de patrocínio de pilotos automobilísticos nos Estados Unidos que somam despesas de R\$ 7,8 milhões, afirmou.

Requião informou que já remeteu o mesmo material ao Banco Central e ao Ministério Público do Paraná, sem que qualquer providência fosse tomada. Da Procuradoria Geral da República ele disse esperar que os culpados "respondam ao devido processo e sejam posteriormente recolhidos a uma enxovia pública".

Elói Portela quer manter recursos para região da seca

Impedir a União de restringir recursos do orçamento de 1998, destinados a subprojetos e subvidades relacionadas ao combate à seca nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, nas hipóteses de decretação de estado de emergência ou de calamidade pública. Essa é a proposta apresentada pelo senador Elói Portela (PPB-PI), através de projeto de lei. Ele pretende a plena execução financeira dos projetos constantes do orçamento da União para 1998.

Além da garantia da liberação das verbas orçamentárias para os municípios nordestinos em estado de emergência ou de calamidade pública, a proposta dispen-

sa a contrapartida devida por esses municípios, no caso das transferências de recursos da União, consignadas na Lei nº 9.598/97.

Segundo Elói Portela, a seca voltou a assolar o Nordeste e cabe ao poder público contribuir de maneira efetiva para atenuar seus efeitos perversos, mediante a realização de um conjunto de ações destinadas a gerar emprego e renda, sobretudo aquelas voltadas para a captação, acumulação e distribuição de água.



Elói Portela apresentou projeto de lei

O Senado realizou 10 sessões em agosto (119 em todo o ano)

11 projetos aprovados somente nesta semana

5 projetos vão à sanção presidencial, quatro à Câmara, e dois à promulgação.

Comissão do desemprego terá representantes da sociedade

Além de convidar integrantes de instituições como o Ipea, os senadores permitirão que eleitores participem dos estudos mandando sugestões pelo serviço *Voz do Cidadão*

Representantes do governo federal e de entidades representativas da sociedade serão convidados a integrar a Comissão Temporária sobre o Desemprego, do Senado. Essa foi uma das decisões tomadas durante reunião informal dos membros da comissão, realizada ontem de manhã no gabinete do senador Pedro Simon (PMDB-RS). Também ficou acertado que qualquer pessoa ou representante de entidade poderá utilizar o serviço *Voz do Cidadão*, do Senado, para encaminhar sugestões, opiniões ou críticas sobre o assunto. As mensagens devem ser enviadas através de ligação gratuita para o telefone 0800-612211.

Além de Pedro Simon, participaram da reunião os senadores Osmar Dias (PSDB-PR), Djalma Bessa (PFL-BA), Joel de Hollanda (PFL-PE), Lúdio Coelho (PSDB-MS), Leonel Paiva (PFL-DF), Jefferson Péres (PSDB-AM) e Elói Portela (PPB-PI). Alegando razões éticas, Simon pediu afastamento temporário da presidência da comissão, sendo substituído pelo vice-

presidente, Osmar Dias.

"Como sou candidato na próxima eleição, não gostaria de ter um envolvimento maior, até para não comprometer a comissão", justificou.

Uma nova reunião da comissão foi marcada para a próxima terça-feira, às 14h. Até lá, os Ministérios do Trabalho, da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento, os Bancos do Brasil (BB), do Nordeste (BNB) e Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Caixa Econômica Federal (CEF), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e universidades, entre outras instituições, serão convidados a encaminhar representantes para acompanhar os trabalhos da comissão.

A comissão encaminhou ofício ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, pedindo que sejam designados consultores legislativos das áreas de trabalho, economia e social. Também foi solicitado que a



Osmar Dias, à esquerda, assumiu a presidência da comissão no lugar de Simon, que é candidato à reeleição

Consultoria Legislativa faça um levantamento de todas as matérias que tramitam nas duas Casas do Congresso e que tenham por objetivo a geração ou manutenção de empregos.

Na opinião de Pedro Simon, a Comissão sobre Desemprego poderá fazer um trabalho sério, importante e que terá muita repercussão no país.

Ele explicou que, como a Câmara e o Senado não estão funcionando plenamente, os meios de

comunicação terão espaço na sua cobertura para noticiar os debates e as principais atividades realizadas no âmbito da comissão.

Por sua vez, Osmar Dias acredita que a comissão será muito cobrada nos seus resultados, já que o desemprego vem se constituindo em um dos assuntos mais discutidos na atualidade. Ele acredita que este continuará sendo o grande tema de debate político também em 1999.



Senador destacou projeto desenvolvido em Tocantins

Patrocínio defende renda mínima

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) solicitou ontem empenho do Congresso para que o programa de renda mínima seja implementado em todo o país. Segundo ele, as resistências que existem na área econômica do governo para a sua adoção em escala nacional "estão superadas", conforme demonstrou pronunciamento do ministro da Fazenda, Pedro Malan, na última quarta-feira, durante o encerramento da Conferência Internacional sobre Renda Mínima, no Auditório Petrólio Portella.

Patrocínio solidarizou-se com o autor da proposta, senador Eduardo Suplicy (PT-SP), e destacou o êxito do programa Pioneiros Mirins, implantado no Tocantins em 1989 pelo governador Siqueira Campos. Apesar de beneficiar cerca de 30 mil crianças que viviam abaixo da linha de pobreza, Patrocínio assegurou que no Tocantins os gastos com esse programa não ultrapassam mais que 0,2 a 0,7% do orçamento estadual.

— As crianças beneficiadas com o projeto Pioneiros Mirins tornaram-se outras pessoas, desde o desenvolvimento físico até seu aproveitamento escolar — garantiu.

Carlos Patrocínio ressaltou que mais importante do que a discussão sobre a paternidade do programa de renda mínima — que o senador Roberto Freire (PPS-PE) atribuiu ao economista Milton Friedmann, considerado um dos pais do neoliberalismo, e cujas origens a senadora Marina Silva (PT-AC) identificou na Bíblia —, são os "enormes benefícios que ele proporciona às populações carentes, sobretudo à população infantil".

Também participaram dos debates no plenário sobre o assunto os senadores Lauro Campos (PT-DF), Eduardo Suplicy (PT-SP), Leonel Paiva (PFL-DF), Edison Lobão (PFL-MA) e José Eduardo Dutra (PT-SE).

Maldaner atribui violência a número de desempregados

O desemprego e a baixa escolaridade foram apontados pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) como as principais causas da violência que atinge o país.

Além desses fatores, Maldaner disse que a falta de políticas públicas, "oriunda da incapacidade de o governo federal solucionar os problemas sociais", só contribui para o agravamento da situação.

Em seu discurso, Maldaner informou que a população desempregada do Brasil está em torno de 10 milhões de indivíduos. Ele detalhou que a falta de trabalho no país é estrutural e é fruto da "combinação de novas tecnologias com a redução de custos dentro das empresas para torná-las mais competitivas". Nesse contexto, continuou o senador, "os postos de trabalho fechados não são reabertos".

Citando pesquisa realizada pelo Ibope, o senador comentou que a maioria dos entrevistados respondeu que suas vidas estavam melhores depois do Plano Real. Temiam, entretanto, ser atingidos pelo desemprego e o apontaram como o obstáculo mais importante para a continuidade do programa de estabilização econômica.

O senador Maldaner observou, ainda, que os jovens são as principais vítimas do desemprego.

Segundo ele, 50% das pessoas entre 15 e 17 anos estão sem ocupação na Grande São Paulo. São vítimas da baixa escolaridade e da falta de capacitação. A integração entre educação deficiente e violência fica demonstrada, diz o senador, quando se verifica que "mais de dois terços das pessoas presas com menos de 21 anos nem sequer passaram da 4ª série do 1º grau".



Maldaner

Simon exige do governo ressarcimento para o RS

"O Rio Grande do Sul é credor do governo federal", afirmou ontem o senador Pedro Simon (PMDB-RS), argumentando que, no acordo de rolagem da dívida gaúcha, o governo federal não levou em consideração gastos estaduais com a empresa Aços Finos Piratini, com o Pólo Petroquímico do Sul, com a pavimentação de rodovias federais e com o programa de reforma agrária.

Para Simon, o que o estado do Rio Grande do Sul gastou com o pólo e a ampliação da empresa siderúrgica deve ser ressarcido, uma vez que o governo federal incluiu os empreendimentos no Programa Nacional de Desestatização e se apropriou da totalidade dos recursos obtidos com a sua venda.

Em relação à recuperação e pavimentação de rodovias, Simon revelou que, durante os anos de 87 a 89, foram firmados

convênios para que o governo do estado cuidasse de vários trechos sob a promessa de ressarcimento de gastos, o que nunca ocorreu.

"Eu me lembro bem, porque era o governador gaúcho naquele momento", enfatizou.

Ainda como governador, Simon assinou convênio com o governo federal para a compra de 20 mil hectares de terras com vistas a assentar milhares de famílias, no programa de reforma agrária, que é de competência federal.

"O governo do Rio Grande do Sul comprou e pagou, à vista, pelas terras", ressaltou o senador Pedro Simon, "mas nunca recebeu nenhum tipo de ressarcimento em razão dos gastos realizados. Agora que está ocorrendo um acerto de contas entre a União e os estados, chegou a hora de o governo federal cumprir sua parte", concluiu.

O senador Esperidião Amin (PPB-SC) destacou moção aprovada pela Câmara de Vereadores de Joinville (SC) e enviada ao presidente da República que sugere novas metas para aperfeiçoar e apressar a execução da reforma agrária, assim como reverter o quadro de conflitos sociais nesse processo.

Segundo Amin, o documento propõe um cadastramento de famílias que residem nas cidades e desejam voltar para o campo e outro dos agricultores que aspiram por um pedaço de terra para trabalhar.

O senador Gilberto Miranda (PFL-AM) informou que o plenário deverá votar em breve proposta de emenda constitucional de sua autoria extinguindo a representação classista na Justiça do Trabalho. Ele fez um retrospecto do andamento da proposta e lamentou que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) não tenha aprovado, na íntegra, sua emenda.

A proposta original de Gilberto Miranda previa a completa extinção dos cargos de juiz classista em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.



Ministro Luiz Felipe Lampreia entregou cópia do projeto ao senador Antonio Carlos Magalhães.

PROGRAMAÇÃO

TV SENADO HOJE

0h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
1h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)
2h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Drauzio Varella entrevista o ginecologista Nilo Bozzini sobre o tratamento de miosomas uterinos
4h - Entrevista com o sr. Ovidio Antônio de Angelis, secretário especial de Políticas Regionais, sobre as ações governamentais referentes à seca no Nordeste
5h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)
6h - Telejornal "Congresso Hoje"
6h30 - Entrevista com o sr. Ovidio Antônio de Angelis, secretário especial de Políticas Regionais, sobre as ações governamentais referentes à seca no Nordeste
7h - "Saúde Todo o Dia" - o programa trata da importância da atividade física para a saúde
7h30 - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Drauzio Varella entrevista o ginecologista Nilo Bozzini sobre o tratamento de miosomas uterinos
8h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)
9h30 - Entrevista com o sr. Ovidio Antônio de Angelis, secretário especial de Políticas Regionais, sobre as ações governamentais referentes à seca no Nordeste
10h - Comissão do Orçamento - eleição de presidente e relator da comissão
11h - "Espaço Cultural"
11h30 - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Drauzio Varella entrevista o ginecologista Nilo Bozzini sobre o tratamento de miosomas uterinos
12h30 - Entrevista com o sr. Ovidio Antônio de Angelis, secretário especial de Políticas Regionais, sobre as ações governamentais referentes à seca no Nordeste
13h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)

14h30 - Documentário Especial
15h30 - "Saúde Todo o Dia" - o programa trata da importância da atividade física para a saúde
16h30 - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Drauzio Varella entrevista o ginecologista Nilo Bozzini sobre o tratamento de miosomas uterinos
17h30 - "Espaço Cultural"
18h30 - Entrevista com o sr. Ovidio Antônio de Angelis, secretário especial de Políticas Regionais, sobre as ações governamentais referentes à seca no Nordeste
19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)
20h30 - Telejornal "Congresso Hoje"
21h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Drauzio Varella entrevista o ortopedista Valter Penna sobre os tumores dos ossos
22h - "Fala, Cidadão"
22h30 - "Jornal do Senado"
23h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)
0h30 - "Jornal do Senado"
1h - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado Marcelo Deda (PT-SE)
2h - Programa "Cidadania" - debate sobre o papel da instituição de ensino privado em formar o jovem cidadão
3h - "Especial Unip" - programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Drauzio Varella entrevista o ortopedista Valter Penna sobre os tumores dos ossos
4h - Entrevista com o senador Jefferson Feres sobre a reforma política
5h - "Mulheres em Debate" - o assunto do programa será sobre o tabagismo
6h - "Jornal do Senado"
6h30 - Entrevista com o sr. Ovidio Antônio de Angelis, secretário especial de Políticas Regionais, sobre as ações governamentais referentes à seca no Nordeste
7h - "Saúde Todo o Dia" - o programa trata da importância da atividade física para a saúde
Obs.: Durante a programação serão transmitidos flashes de reportagens, institucionais, especiais e o programa "Fala, Cidadão".

RÁDIO SENADO HOJE

7h30 - Jornal do Senado (1ª edição)
8h45 - "Plenário em Revista"
9h - Sessão plenária
13h30 - Jornal do Senado (2ª edição)
19h - "A Voz do Brasil"
22h30 - Jornal do Senado (3ª edição)
Em seguida - Música e informação

SÁBADO

10h30 - "Autores e Livros" traz a escritora Antonieta Antunes. A apresentação é da professora Margarida Patriota
11h - "A Música Erudita e seus Mestres" - No programa, os famosos intérpretes da Cena Lúrica, como os tenores Mário Lanza e Luciano Pavarotti e a soprano Maria Callas. Apresentação do senador Artur da Távola
16h - "A Música do Brasil" - A presença de Rafael Rabello e Dino Sete Cordas em Conversa de Botequim, de Noel Rosa; Elzeth Cardoso interpretando de Ari Barroso Pra machucar meu coração e outros. Apresentação do senador Artur da Távola
20h - "Especial do Mês" traz o compositor Roberto Menescal
22h - "Brahms - Vida e Obra". Esta semana, Trio em Si Maior para piano, violino e violoncelo, Trio para piano e cordas - Opus 8 e ainda uma composição de Clara Schumann: o Trio em Sol Menor - Opus 17. Apresentação do senador Artur da Távola

DOMINGO

11h - "A Música Erudita e seus Mestres" (reprise)
17h - "Brahms - Vida e Obra" (reprise)
19h30 - "Autores e Livros" (reprise)
22h - "A Música do Brasil" (reprise)

Lampreia pede apoio de ACM para modernizar avaliação de diplomatas

Ministro das Relações Exteriores visita o presidente do Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, que lhe entregou cópia do projeto de lei com que o presidente da República pretende modernizar o regime de avaliação do pessoal do serviço diplomático brasileiro. A matéria foi enviada ontem ao Congresso Nacional pelo governo, e o ministro pediu o apoio do senador para uma rápida apreciação pelo Legislativo.

De acordo com o ministro, a proposta encaminhada ao Con-

gresso busca atualizar e modernizar os critérios de avaliação do pessoal do serviço diplomático. O objetivo é elevar o peso de itens como "mérito" e "desempenho" nas promoções dos diplomatas, em relação a aspectos como tempo de serviço. Essa mudança, destacou Lampreia, deverá ter reflexos importantes e positivos principalmente para os profissionais mais jovens do serviço diplomático brasileiro.

O ministro disse ainda que o senador Antonio Carlos Magalhães apoiou a iniciativa e prometeu trabalhar pela aprovação do projeto.

Antonio Carlos recebe mais dois ministros

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, concedeu mais quatro audiências ontem. À tarde, ele recebeu o ministro do Trabalho, Edward Amadeo, e o ex-jogador da seleção brasileira de basquete Oscar Schmidt, candidato do PPB ao Senado por São Paulo.

Amadeo explicou que desejava conversar sobre as medidas de combate ao desemprego apresentadas ao Congresso. O ministro afirmou que considera o fim da unicidade sindical e da contribuição sindical os pontos mais importantes, pois induzem à valorização da negociação coletiva entre patrões e empregados.

Oscar Schmidt estava acompanhado pelo senador Levy Dias (PPB-MS), pelo secretário-geral do PPB, Benedito Domingos, e pelo deputado Fetter Júnior. O jogador disse que o encontro foi apenas uma visita de cortesia.

No final da tarde, o senador Antonio Carlos Magalhães encontrou-se com o ministro da Saúde, José Serra, que comentou a agilidade do Congresso para votar, em apenas dois dias, o projeto que transforma em crime hediondo a falsificação de remédios e alimentos. Depois, recebeu em audiência o secretário de Políticas Regionais da Presidência da República, Ovidio Antônio de Angelis.



ACM e Amadeo falaram do combate ao desemprego.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção da sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone:

(019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) ban-

do C

- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

● Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7

Projeto de Amin modifica penas de até dois anos

A restrição de direitos, hoje admitida apenas para os casos de condenação a até um ano, poderá substituir a limitação de liberdade

Penas privativas de liberdade inferiores a dois anos poderão ser substituídas por penas restritivas de direitos, caso seja aprovado projeto de autoria do senador Esperidião Amin (PPB-SC). Atualmente, o Código Penal só permite a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos quando a sanção aplicada for inferior a um ano ou o crime for culposo. Segundo Amin, o projeto está adequado à tendência moderna de execução penal e contribuirá para melhorar a "situação caótica" do sistema penitenciário brasileiro.

O senador catarinense lembra que o próprio Código Penal permi-

te a concessão da liberdade provisória no caso de cometimento de crimes cuja pena mínima seja igual ou inferior a dois anos.

— Ora, se é considerado seguro para a sociedade e para a persecução criminal do Estado que uma pessoa envolvida num ato criminoso possa responder a processo criminal em liberdade, por que não seria seguro e eficaz, do ponto de vista dos objetivos do aprisionamento, a aplicação da sanção penal de restrição de direitos em substituição à privativa de liberdade? — argumenta Amin.

Outro projeto apresentado por Esperidião Amin inclui as instituições

religiosas no rol de beneficiárias do serviço civil voluntário, aprovado recentemente pelo Congresso Nacional. Pela legislação atual, instituições privadas sem fins lucrativos, com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social podem usufruir o serviço voluntário, sem que se constitua vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista ou previdenciária. De acordo com o autor do projeto, as instituições religiosas vêm sofrendo problemas judiciais. "Deve-se evoluir na busca de uma disciplina mais justa e mais atenta às diversas especificidades do serviço voluntário", afirmou.

Maldaner: ONU busca parceria com Brasil

A agenda da visita do secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Kofi Annan, em julho último, indica uma nova posição do Brasil dentro da organização, na opinião do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele acredita que o país sai do segundo plano para a condição de parceiro na luta contra as armas de destruição em massa, as drogas, a pobreza e as epidemias.

O senador entende que dois eventos incluídos na pauta de Annan demonstram essa mudança: a assinatura pelo presidente Fernando Henrique do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e a inauguração, em São Paulo, da Associação das Nações Unidas.

Embora o país, na prática, já esteja cumprindo os preceitos do TNP — abertura do país à fiscalização internacional de suas instalações nucleares e proibição do uso da energia nuclear para fins bélicos —, o gesto, para Maldaner, "tem enorme significado, pois enterra definitivamente a era em que o Brasil quis virar uma potência bélica".

Quanto à inauguração da seção brasileira da Associação das Nações Unidas, o senador comenta que, além de sua atuação tradicional, a entidade oferecerá programas de

desenvolvimento tecnológico e de exportações para pequenas e médias empresas. Ele lembra que existem atualmente 82 associações da ONU no mundo e que seu representante na África do Sul é o presidente Nelson Mandela e, no Reino Unido, o secretário-geral da Eco-92, Maurice Strong. A direção da seção brasileira caberá ao empresário Mário Garnero, presidente do grupo Brasilinvest e do Fórum das Américas.

— Como se vê, a agenda de Annan no Brasil difere em muito da do seu antecessor, Boutros Ghali, que veio cobrar uma dívida do governo com a ONU. Agora, cobra-se uma maior aproximação da organização com a América Latina e critica-se o distanciamento da entidade. Num momento de seca no Nordeste, a FAO — que atua na área de agricultura — seria extremamente importante, mas seus representantes ficam lotados em Roma — analisa Maldaner, que espera um maior envolvimento da entidade com a realidade latino-americana depois da inauguração da seção brasileira.

O senador catarinense referiu-se ainda à aula magna proferida por Annan no Ministério das Relações Exteriores, em que o secretário, ci-



Casildo Maldaner vê ONU mais adequada à nova conjuntura internacional

tando palavras do urbanista Lúcio Costa a respeito de Brasília, destacou as dimensões continentais do território brasileiro, "enalteceu nossa vocação histórica para a solução pacífica e a negociação e apontou a necessidade de reverter o quadro de desigualdades sociais que compromete os destinos do país".

Na visão do senador, "depreende-se da exposição uma preocupação em adequar o papel da ONU à nova conjuntura internacional, já que, com o fim da Guerra Fria, a paz mundial dependerá não apenas do gerenciamento de conflitos armados, mas da obtenção do progresso econômico e social dos povos do mundo".

Francelino diz que nada é mais fascinante que "nascer e lutar no Brasil"

Referindo-se a homenagem prestada pela cidade de Regeneração (PI) ao centenário de nascimento do ex-prefeito Francisco de Paula Teixeira Nunes, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) fez ontem um pronunciamento destacando a grandeza humana e territorial do Brasil e a grande ventura de ter nascido no Piauí.

Ao celebrar a sorte de poder lutar para participar do esforço de transformação do Brasil na grande nação do próximo milênio, o senador pediu a transcrição nos Anais do discurso pronunciado perante os vereadores da Câmara Municipal de Regeneração. Naquela solenidade, Francelino começou pedindo desculpas pelos anos de ausência do Piauí.

— Estou sempre envolvido com as angústias, as inconformidades, os projetos de vida, o exercício da democracia, os desafios do futuro. Hoje, porém, não posso deixar de cantar a minha terra natal — disse o parlamentar.

Francelino sustentou que não existe nada mais fascinante do que nascer, viver e lutar no Brasil. "Não há nada mais agradável e, ao mesmo tempo,



Francelino Pereira afirma que triste é nascer na Suíça, onde nada seria imprevisível

mais desafiante", afirmou para lembrar palavras de Gilberto Amado, segundo o qual é triste nascer na Suíça. Como aquele educador, Francelino acha que, na Suíça, os meninos nascem e seus pais já sabem o que lhes vai acontecer.

— Onde, nesses países, os desafios da vida? Onde o imprevisível? — indagou o senador, para constatar que "o melhor mesmo é viver, pelear, lutar no Brasil, pelo Brasil".

Suplicy questiona política de compras da Petrobras

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou um requerimento de informações ao ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, para esclarecer a política de compras de equipamentos que a Petrobras vem realizando, depois que o Congresso Nacional aprovou a emenda constitucional de quebra do monopólio estatal de petróleo, permitindo a flexibilização da contratação de empresas para prospecção, produção, refino e comercialização do produto.

"Segundo me informa a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a Petrobras está privilegiando as empresas estrangeiras, em detrimento das nacionais, sob a alegação de que a competição internacional exige que a empresa compre bens de capital em forma de pacotes, tipo *turn-key*", afirmou Suplicy.

E prosseguiu: "Embora o pacote tenha especificações técnicas, em geral elas não descem ao nível de componentes, que acabam sendo comprados com base apenas no menor preço, independente de sua

importância no conjunto do pacote. Todos sabemos que uma válvula custando poucos dólares pode comprometer todo um equipamento de milhões, com prejuízos incalculáveis", alertou Suplicy.

O senador lembrou que, quando a Petrobras compra no Brasil, a absoluta maioria dos fornecedores de máquinas, equipamentos e acessórios possuem o certificado da série ISO 9000, que garante sua qualidade.

"Ao utilizar a chamada 'empresa pacoteira', a Petrobras pode estar comprando componentes inadequados, porque o custo Brasil torna nossos produtos mais caros do que os fabricados na China, por exemplo", argumentou.



Suplicy suspeita de privilégio a empresas estrangeiras